

gijón

Asturias con sal



**VII CONGRESO IBERICO
SOBRE RECURSOS
GENETICOS
ANIMALES**

**16-18 septiembre
RECINTO LUIS ADARO
Gijón 2010**

**PONENCIAS
COMUNICACIONES**

Pecuária e sociedade: ameaças e oportunidades para as raças autóctones portuguesas.

Fernando Jorge Ruivo de Sousa

CIMO - Escola Superior Agrária de Bragança;

Secretario Técnico do Livro Genealógico dos bovinos de Raça Mirandesa.

Resumo

As raças autóctones portuguesas tiveram um papel de grande relevo na sociedade portuguesa no período pré-industrial. O país possui um número significativo de raças autóctones: 14 raças de bovinos, 15 de ovinos, 6 de caprinos, 3 de suínos, 4 de equídeos e 3 de galináceos.

A mecanização e a industrialização da agricultura, associada à necessidade de aumentar de forma muito significativa a produção de bens alimentares a um baixo custo, conduziu a generalidade das populações de raças autóctones a efectivos que os colocavam em perigo de extinção. No ano de 1994, a introdução das medidas Agro ambientais na PAC, associada ao reconhecimento de menções protegidas para produtos alimentares com origem nas raças autóctones criou uma oportunidade, para umas, de recuperação e, para outras, do seu controlo através da criação de Livros Genealógicos e registo de desempenho zootécnico.

Estão reconhecidas menções protegidas no âmbito do Reg (CE) nº 510/2006 (DOP/IGP e ETG) para 26 carnes (11 de bovino, 8 de ovino, 5 de caprino e 2 de suíno) que têm por base raças autóctones e seus cruzamentos e, além destes produtos, existe também um elevado número de protecções para lacticínios e enchidos. Este conjunto de acções, criou alguma expectativa junto dos produtores instalados e, para muitas raças, favoreceu pelo menos durante uma década, a instalação de jovens agricultores na actividade.

Contudo, nos anos mais recentes, a erosão das populações rurais do interior do país, onde um número significativo destas raças/produtos têm origem, associado a estrangulamentos estruturais da propriedade e a fenómenos de natureza social têm questionado, na actualidade, a adequação das medidas tomadas em meados da década de 90 do século passado. Neste período, um número significativo de raças autóctones não conseguiu recuperar efectivos e, para muitas, apesar do sucesso dos produtos a que estão associadas, tendem a perde-lo.

Nas regiões de interior Centro e Norte do país, onde a erosão da população mais se fez sentir, tornou-se raro nascer, os poucos que teimam em seguir a actividade de agricultor, frequentemente com bom nível socioeconómico, têm dificuldade em constituir família, o saber fazer, adquirido ao longo de gerações, e tão importante nas regiões onde as condições naturais são tão adversas, tende a perder-se.

A médio prazo, também poderão advir maiores dificuldades para a competitividade dos produtos protegidos. Nestes, a imagem desempenha um papel fundamental, e esta, está indelevelmente associada ao local e modo de produção. Em relação ao primeiro, o vinculo tenderá a perder-se porque o sentimento de conhecimento próprio dos ambientes associados à infância e ao modo de produção não existe porque não se nasceu/viveu no

local onde se produz. Já relativamente ao modo de produção, a evolução dos sistemas e a competitividade, dificulta, senão inviabiliza, a manutenção das práticas tradicionais de produção.

As raças autóctones, além de um recurso genético valioso, pelo contributo que dão à variabilidade genética, mantêm a sua importância estratégica no desenvolvimento desejável das comunidades rurais, conservando, seja qual for a perspectiva, o papel de actores fulcrais. Identificamos como estratégias de actuação: por um lado, a aproximação dos produtores em relação aos consumidores, cada vez mais distantes, através do desenvolvimento da comunicação e inter-acção e, em paralelo, uma maior qualificação dos produtos, nomeadamente ao nível da diferenciação da qualidade / inovação / comunicação, tendo particular relevo a potenciação da qualidade funcional; por outro lado, do governo português e da CE, espera-se uma consciencialização materializada em políticas que discriminem e favoreçam efectivamente a instalação de produtores nas regiões submetidas a forte erosão populacional, na maior parte dos casos, berço de um número significativo de raças autóctones.